Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Opinião SOCIALISTA

Ano II nº 35
5/6/97 a 18/6/1997
Contribuição R$ 1,00

É PRECISO CONSTRUIR A GREVE GERAL

Cleber Medeiros

Governo quer esconder o mar de lama da compra de votos enquanto ameaça oposição com discursos golpistas e tenta votar as suas reformas a todo custo.

página 3

Luis Garça

Sindicalismo de luta vence em São José e cresce no ABC

páginas 6 e 7

Denúncias abrem grave crise no PT

página 5

Franceses rechaçam planos neoliberais

página 11

C U R T A S

Teles I. O governo, através do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, entrou em ação para conseguir um acordo com os líderes dos partidos da sua base para a votação da Lei Geral de Telecomunicações, na Câmara dos Deputados. Pelo acordo, o governo irá propor uma emenda, direto no plenário, onde ficará estabelecido que caberá ao presidente da República fixar o limite do capital estrangeiro para cada negociação no sistema Telebras. Ou seja, pela lei a ser votada, não haverá limite para o capital estrangeiro, quem o definirá será o presidente. Nas mãos de FHC, estará a "garantia" de que haverá limites para o capital estrangeiro nas Teles... Sem comentários.

◆

Teles II. A abertura do setor de Telecomunicações provocará importações de equipamentos na ordem de até US$ 11 bilhões por ano até 1999. Será uma festa para as grandes multinacionais fornecedoras de peças e componentes. Para se ter uma idéia da diferença, em 1996 as importações de equipamentos foram de US$ 1,128 bilhões. Mas as multinacionais desse setor estão mesmo de olho no filé (que parece ser maior do que a telefonia celular) que o governo está prometendo a partir de 1998: a privatização das teles estaduais e da própria Embratel. Aqui a briga vai ser grande: quem controlar a Embratel controlará o sistema de transmissão via satélite do país.

◆

Trabalho infantil. Já foi amplamente divulgado que o trabalho infantil atinge no país 4.547.944 crianças (sendo que 40% delas trabalham nas cidades). O interessante é que o Dieese realizou uma pesquisa em seis capitais do país para verificar as condições do trabalho infantil urbano. Entre os vários dados que merecem ser destacados está o de que entre 55% a 70% das crianças (dependendo da capital) recebem até um salário mínimo (o índice mais alto é em São Paulo, com 72%). As jornadas são longas: em média 36% das crianças trabalham mais de sete horas por dia. E um terço delas começou a trabalhar com menos de 10 anos. Números do Brasil real de FHC.

◆

Negros. Um estudo da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) revelou que a qualidade de vida dos negros brasileiros e seus descendentes, que inclui os chamados "pardos" (terminologia usada pelo IBGE), está no mesmo nível dos negros de alguns dos países mais pobres da África (Lesoto e Zimbáue). O estudo foi baseado no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (que leva em conta a esperança de vida, rendimento dos habitantes e nível educacional). Por esse índice, o Brasil ocupa o 63º lugar em qualidade de vida do mundo. Isoladamente, os negros brasileiros e seus descendentes ocupam o 120º lugar. Apenas para citar outro dado, a pesquisa atesta que 15% dos brancos brasileiros são analfabetos contra 35,2% dos negros e 33,6% dos "pardos".

◆

Bancos estrangeiros. Não foi mesmo um caso isolado, a entrada do gigante HSBC (o maior banco do mundo em depósitos) no mercado brasileiro, com a "compra" do Bamerindus. Os bancos estrangeiros estão interessados na América Latina. O próprio HSBC comprou, há duas semanas, 100% do capital votante do banco argentino Roberts, que movimenta US$ 600 milhões. Na verdade, é na Argentina que esse processo está mais adiantado. Na mesma semana, o banco espanhol Santander comprou por US$ 700 milhões o banco Rio de la Plata e outro banco da Espanha, o Bilbao Vizcaya, comprou 71,5% do Crédito Argentino. Com isso, hoje na Argentina, apenas um entre os 15 maiores bancos do país está nas mãos do capital privado argentino.

O QUE SE VIU

Rosane Marinho - Folha Imagem

"Faixa-cheque" de protesto, estendida por manifestantes, no último dia 21, no centro do Rio de Janeiro. O protesto, além de denunciar a compra de votos, pedia a instalação da CPI da Reeleição, que até agora o governo tem conseguido congelar.

O QUE SE DISSE

"Eu estava ali e não podia acreditar no que ouvia. Não vi nenhuma diferença dos discursos feitos pelos generais."

Pedro Simon, senador do PMDB, sobre o discurso em que FHC ameaçou por um fim na "baderna" insinuando o uso das baionetas. Pelo jeito, o discurso do déspota esclarecido não agradou nem parte dos seus aliados. Na revista *Veja*, em 4/6/97.

"Você se abriga, você se esconde para não ser ferido, mas você não revida. Não estamos em guerra. Eram pobres miseráveis que estavam do outro lado."

José Vicente da Silva Filho, coronel da reserva da PM de São Paulo, criticando a ação militar no conjunto habitacional em São Paulo. Aquela, na qual o governador Covas não viu nada de arbitrário. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 26/5/97.

"Uma leitura mais atenta (e crítica) dos jornais da última semana, deixará claro aos mais afoitos que, em momento algum, foi anunciado nosso desprezo à greve, como instrumento maior de nossa luta. Porém, não é o único. E isso nós aprendemos aqui no ABC."

Luis Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Não é novidade que há outros instrumentos prioritários para ele, que o digam as câmaras setoriais. No boletim do PT *Linha Direta*, nº 315.

"Passado este mês da banda B (telefonia celular), vou me dedicar só aos Correios. Vou dar uma ordem geral naquilo."

Sérgio Motta, ministro das Comunicações, já se preparando para o reajuste nas tarifas postais, que deverá entrar em vigor em julho. Parece que depois de andar comprando uns votos por aí, o Serjão vai se dedicar apenas aos tarifaços. No jornal *O Globo*, em 31/5/97.

P S T U

◆**Nacional:** Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua Minas Gerais,197/2 - Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆**Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

Construir a greve geral

Fernando Henrique, desgastado com o desemprego, com a não realização da Reforma Agrária, com o ridículo aumento de R$ 8 no salário mínimo, com a venda da Vale e finalmente com o escândalo da compra dos votos para a aprovação da reeleição no Congresso, partiu para buscar reunificar a burguesia, disciplinar sua base política e tentar abafar a maior crise que já viveu seu governo.

O chamado a "acabar com a baderna", teve endereço claro: banqueiros, empresários e latifundiários, disciplinem governadores e parlamentares para evitar uma CPI, partamos para a ofensiva contra o MST e os sem-teto, já que ameaçar minha estabilidade (de FHC) é uma aventura política. Vocês não têm outra alternativa à altura.

Depois do assassinato dos sem-teto em São Paulo, o recado de FHC nos ouvidos dos trabalhadores soou como bravata e gerou mais indignação. Mas logo em seguida, apareceu a bomba do escândalo do PT, utilizado pelo governo e pela imprensa para neutralizar a CPI e abafar a crise da compra de votos.

A crise não se encerrou, mas o escândalo do PT confundiu o tabuleiro e está permitindo que FHC jogue para as calendas a CPI dos votos. Com isso, ele ganha tempo para tentar recompor sua base política.

O desgaste de FHC, no entanto, não se reverteu. Pelo contrário, é grande o descontentamento com o arrocho, com o desemprego, com a violência contra os trabalhadores, com a ausência de uma solução para a reforma agrária. E também a base política do governo no Congresso não foi de todo recomposta, ainda que esteja disciplinada por enquanto no tocante à CPI dos votos.

Mas esse descontentamento e até indignação dos trabalhadores e do povo contra o governo, precisa se transformar em ação, em mobilização, em luta. Segue sendo imprescindível e possível construir um plano de lutas rumo à greve geral, pelas reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e do povo e também pela anulação da reeleição.

O PT e a direção majoritária da CUT, no entanto, fazem o caminho inverso, recuam e deixam o movimento sem uma perspectiva clara. A direção majoritária da CUT desmarcou a greve geral, apontada antes para 25 de julho e tirou-a de vez da agenda. Um recuo claro diante de FHC.

O PT, por sua vez, se antes já tinha reduzido toda sua atuação a exigir ética na política e CPI, o que não mobilizava, agora, depois das denúncias contra o partido foi para a defensiva mais completa. Pior, a adaptação à institucionalidade já chegou ao ponto de setores do PT chegarem a levantar que estariam dispostos a que uma CPI deste Congresso corrupto investigasse o próprio PT. É de lascar! Agora, reduziram toda luta a um abaixo-assinado pela instalação da CPI da Reeleição.

A esquerda da CUT, do PT, o MST, têm a responsabilidade de levantar a exigência da greve geral e unidos construirmos pela base a mobilização social contra FHC, por emprego, salário e terra. Não há outro caminho para que possa ser construída uma resistência séria ao projeto neoliberal do governo.

Cleber Medeiros

OPINIÃO

FHC quer esconder escândalos

João Pedro Stedile,
membro da Coordenação Nacional do MST

O Movimento Sem Terra (MST) sempre apoiou e é solidário com todos os pobres do Brasil. E estimulamos a que se organizem e lutem por seus direitos. Os trabalhadores sem-teto, os desempregados e os famintos têm o direito de se organizarem. Isso é condição mínima da construção de qualquer sociedade democrática.

O Brasil vive um momento de grave crise social. A pobreza e a miséria tem aumentado. Existem 18 milhões de desempregados, segundo a Federação do Comércio de São Paulo. Existem 32 milhões que passam fome todos os dias, conforme o IPEA. Existe um déficit habitacional de mais de 10 milhões de moradias nas cidades. Existem 4 milhões de trabalhadores rurais sem-terra.

Quem é culpado por essa situação? Há uma herança histórica de exploração e miséria, provocada pelas elites, mas há também uma responsabilidade direta da atual política econômica do governo.

O governo FHC sabe das consequências sociais de sua política e às vezes tem reconhecido isso. Em palestra no dia 21 de maio no BNDES, o senhor Guilherme Dias, representante oficial do governo, declarou que nos últimos dois anos, em função da política agrícola do governo, 400 mil pequenas propriedades foram extintas, obrigando essas famílias a migrarem para as cidades.

Por que então o governo reagiu tão violentamente às minhas declarações que unicamente estimulam os pobres a se organizarem?

Porque no fundo, o governo quer desviar a atenção da opinião pública dos três grandes escândalos que estão abalando sua popularidade. E o governo não tem como explicar esses escândalos:

1 — Quem são os corruptores da compra de votos para reeleição? Quem se beneficiou com essa votação? Por que o governo quer evitar a CPI e impôs a renúncia de dois bodes expiatórios?

2 — O novo ministro da Justiça, Iris Rezende, declarou que *"às vezes o crime é inevitável"* justificando o assassinato de três trabalhadores sem-teto pela PM de São Paulo. Isso sim, é incitação à violência.

3 — O governo não tem como explicar porque a Polícia Militar assassinou os três trabalhadores sem-teto pelas costas.

É por essas razões que o governo federal tentou induzir os meios de comunicação a darem uma projeção política maior às declarações feitas por mim.

NÚMEROS

Jornada de trabalho infantil nas cidades 1995/96 (em %)

Fonte : DIEESE.

Cidade	Mais de 7 até 12 horas	Integral, com trabalho noturno
Belém	23	20
Recife	20	14
Goiânia	26	15
Belo Horizonte	9	18
São Paulo	28	12
Porto Alegre	16	17

CARTAS

Núcleo pela reforma agrária pede apoio

Eu e meu amigo Jorge participamos do Núcleo Universitário de Lutas pela Reforma Agrária que teve sua origem num Estágio de Vivência nos assentamentos da região sul do Rio Grande do Sul que consiste num período de tempo junto aos assentamentos para conhecer a sua realidade cotidiana.

A partir de observar o problema agrário, nos organizamos e "nasceu" o nosso Núcleo que é um instrumento de luta contra o poder atual que se diz democrático, saliente-se que num "Governo do Povo" não seria assim. Temos também consciência de que, estudando em uma universidade pública, devemos dar um retorno à comunidade na qual estamos inseridos e, para isso, lutar por uma vida mais digna para todos, sem tantas desigualdades sociais.

A ajuda de todos que se identificam com a proposta de uma sociedade mais igualitária é imprescindível, por isso pedimos colaborações com idéias e sugestões para a continuidade do nosso trabalho, estas poderão ser enviadas para os endereços citados abaixo.

Claci Maria Kunzler —
Rua Major Cícero, 270-204
CEP 96015-190 — Pelotas — RS
Fone: (0532) 25-6284

Jorge Luís —
Rua Rafael Pinto Bandeira, 210
CEP 96020-690 — Pelotas — RS
Fone: (0532) 28-3564

ENTREVISTA *Sebastião Gazito, da comissão de fábrica da Volkswagen de São Bernardo*

"Nós queremos um sindicato de luta"

Na última semana, o ***Opinião Socialista*** *conversou com o metalúrgico Sebastião Maurício Araújo Gazito, membro da comissão de fábrica da Volkswagen de São Bernardo do Campo, desde 1982. Gazito é funcionário da Volks há 27 anos e hoje é um dos principais críticos à política da Articulação Sindical na condução do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e na CUT. Também participaram dessa conversa alguns outros ativistas da Volks, membros de Cipa e da comissão de fábrica.*

Sindicato está afastado da base e das lutas no ABC

Opinião Socialista — Por que você e todo um grupo de metalúrgicos, aqui do ABC, começaram a questionar a diretoria do Sindicato?

Gazito — Porque hoje, no Sindicato, tem uma meia dúzia que manda em tudo. Por exemplo, aqui na comissão de fábrica, você discutia e decidia uma coisa e aí vinha um diretor do Sindicato e mudava tudo. Isso foi criando um sentimento de oposição a essa atitude. Na última eleição da comissão de fábrica, o Sindicato tentou montar um chapão, para eliminar os que pensavam diferente e a eleição seria na base de votar chapa contra chapa. Nos opusemos a isso, realizamos um plebiscito na fábrica, essa idéia do chapão foi derrotada e continuou a eleição por área. Nessa eleição, fui eleito de novo, fui o mais bem votado em toda a fábrica, sem o apoio do sindicato. De lá para cá, começamos a ver que tínhamos que trabalhar de forma independente.

Depois vieram outros problemas e desacordos com o Sindicato. Por exemplo, a assembléia realizada aqui na portaria da Volks para discutir a acordo sobre a Participação nos Lucros e Resultados rachou e eles impuseram a sua posição na marra.

Também tivemos desacordos em relação ao banco de horas e a flexibilização.

Opinião Socialista - O que foi exatamente que aconteceu, por exemplo, em relação ao banco de horas e à flexibilização?

Gazito — O banco de horas só trouxe prejuízos, até agora, para os trabalhadores. Ele surgiu para eliminar as horas extras e contratar mais trabalhadores. A intenção era ótima e não somos contra a idéia. O problema é que a empresa não contratou ninguém, o trabalhador faz muitas horas do banco e depois fica em casa, quando o chefe quer. E quando um fica em casa, sobrecarrega o outro que está trabalhando. Acho que tem que ter limites para o banco de horas. Tem que ser quando o trabalhador quiser e não quando o patrão determinar.

Não existe a flexibilização na Volks. Simplesmente, quando a empresa quer aumentar a produção, chama o pessoal para trabalhar no sábado, no regime de adicional com 100% de hora extra e ponto. Não houve nenhum avanço pra os trabalhadores. E o que faz o Sindicato? Faz os acordos que a empresa quer, na prática, autoriza a empresa a chamar o pessoal a trabalhar no sábado e não contesta a situação atual.

Opinião Socialista — Qual é o balanço que você faz das câmaras setoriais?

Gazito — A política de câmaras setoriais tem um balanço negativo, porque favoreceu apenas os empresários. Não é verdade, sequer, que ela manteve o nível de emprego da categoria. Só na Mercedes, por exemplo, foram 1.200 demissões. E ela não gerou mais empregos.

Opinião Socialista — A diretoria tem falado muito em discutir o "sindicato que queremos", o presidente do sindicato fala em reduzir greves e buscar outras "formas" de luta. Que sindicato você quer?

Gazito — Eu quero um sindicato de luta. É preciso mudar, há muitos problemas — desemprego, salário mínimo — e o movimento sindical está dormindo. Só se fala em negociação, em câmara regional do ABC. Isto tem a ver com uma mudança de atitude da direção do movimento sindical, principalmente a de São Bernardo. Temos condições de fazer um grande movimento nas cidades, como os sem-terra fizeram no campo e o Marinho fica falando em reduzir as greves.

Não sou contra a negociação, tem que negociar, mas em primeiro lugar você organiza e mobiliza o trabalhador, para ter suporte. Mas o que está sendo feito não dá, negocia-se previamente tudo e esquecem de organizar o trabalhador.

Opinião Socialista — Como você está vendo a postura da CUT na atual conjuntura?

Gazito — A CUT, em nível nacional, está muito atrasada em relação a organizar uma greve geral. Há muitos problemas sociais que precisam ter uma resposta do movimento sindical.

Por exemplo, com o problema da aposentadoria que agora o governo quer mexer daria para fazer uma grande mobilização nacional. Acho que a estratégia da CUT deve ser a da mobilização e organização dos trabalhadores, para enfrentar o projeto do governo.

"Eles estão distantes"

"O sindicato não mobiliza o trabalhador, eles quase não vêm mais para a porta da fábrica. E eu quero um sindicato de luta, que trabalhe para o trabalhador. Quando o presidente do sindicato diz que a greve traz prejuízo para a empresa, ele desgasta a própria entidade perante os trabalhadores e mostra que eles estão muito distantes do que acontece nas fábricas."

Celso Routulo, o Paraná, membro da CIPA da Volks

"Filosofia dos empresários"

"Não tem mais câmara setorial, isso não existe para o trabalhador, porque não cria emprego nenhum, ela funciona com a filosofia dos empresários. Você fica dependendo do mercado, se os patrões necessitam produzir mais, o que acontece é que você trabalha mais, mas não gera emprego.

Orlando Rodrigues Lobo, membro da comissão de fábrica da Volks

PT paga o preço pela sua adaptação à ordem

Mariúcha Fontana,
da redação

Nos últimos dez dias a mídia vem realizando um carnaval de denúncias contra o PT em geral e contra Lula em particular, a partir de uma acusação apresentada pelo petista e economista Paulo de Tarso Venceslau. Desprezível e sórdida, esta campanha tem como objetivo a desmoralização de toda a esquerda, sob a fórmula hipócrita de "são todos farinha do mesmo saco", para assim silenciar o mal estar e revolta que a denúncia da compra de votos para a votação da reeleição provocou.

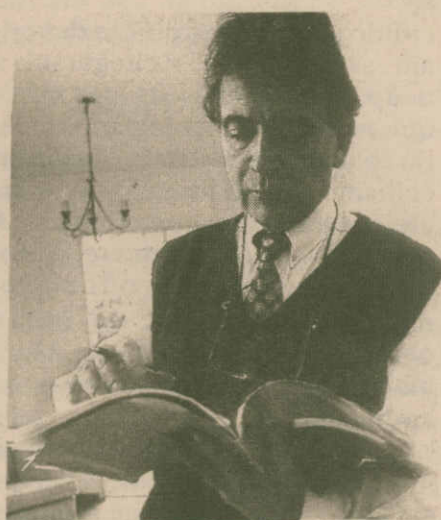
Da imprensa não há, é claro, nenhuma ingenuidade. FHC e seu governo vêm há duas semanas fazendo um esforço para esconder debaixo do tapete a denúncia irrespondível de que a votação da emenda da reeleição foi uma fraude inigualável.

Seria no entanto um dramático erro não realizar uma investigação sobre as denúncias de Paulo de Tarso e ignorar que há graves problemas no PT. Aliás, já é em si muito grave que a Comissão de Ética do PT tenha enterrado a denúncia por dois anos. Se o PT tivesse apurado e, se comprovada as denúncias, expulsado os envolvidos, ou, se não comprovadas, expulsado o caluniador, a burguesia não poderia estar fazendo a festa que está.

Lula

Paulo de Tarso

Foi o stalinismo que impôs no movimento operário internacional durante décadas uma lei do silêncio, para encobrir as atrocidades que se realizaram na ex-União Soviética. Não aceitar que o inimigo de classe realize a investigação, não pode significar não fazer investigação.

Só a existência dessas denúncias, mesmo ainda sem comprovação, abrem uma profunda crise no PT. E esta decorre do fato de que a burguesia pode fazer o carnaval que está fazendo, porque há precedentes de toda ordem no PT que vêm nos últimos anos maculando a imagem do partido.

O PT sofre um processo irreversível de adaptação à institucionalidade burguesa vigente. E os fins, para os revolucionários, sempre contém os meios e os meios contém os fins. Ou seja, quando se abandona o horizonte do socialismo, como fez o PT, e passa-se a ter como horizonte a administração do capitalismo e do estado burguês, inevitavelmente passa-se também a utilizar os meios que são inerentes a esse estado e à burguesia.

O partido passou a estar a serviço das eleições e da conquista de cargos parlamentares e executivos a qualquer preço e não os parlamentares a serviço do partido e este do movimento social. É assim que o PT passou a aceitar ser financiado por banqueiros e empreiteiras nas campanhas eleitorais.

O governador Vítor Buaiz nomeou para chefe de segurança um militar que fez parte de esquadrão da morte. No final do ano passado, veio a público que o secretário geral do PT era contratado pela mesa da Câmara Municipal de São Paulo, então chefiada por um malufista. Zé Augusto — ex-prefeito de Diadema — teve o Rambo (o PM assassino que escandalizou o Brasil) como segurança. Esses fatos, e são apenas alguns exemplos entre tantos, só se explicam porque passou a ser normal para o PT o jogo que ocorre nas instituições da burguesia.

O PT, que não hesitou em expulsar vários grupos revolucionários de seu interior, no entanto, não vê problemas em não apurar denúncias tão graves em suas prefeituras e governos e em conviver com prefeitos e governadores que aplicam um receituário neoliberal de dar inveja em FHC.

Cinco medidas que evitariam o pior

Valério Arcary,
da direção Nacional do PSTU

A plena compreensão deste lamentável episódio só é possível à luz de um processo político: ou seja, a adaptação do PT à institucionalidade, que se expressa em pressões materiais e, portanto, econômicas. Já houve corrupção no passado e voltará a haver. É irreversível. Muitos honestos militantes petistas, alimentam a esperança de que este processo possa ser corrigido. Não é a nossa opinião.

Mas existem medidas de natureza política, preventivas, mas inadiáveis que poderiam ser assumidas. Muitas destas medidas já foram propostas por várias correntes, inclusive por aquelas que hoje compõem o **PSTU**, quando ainda estavam no PT. Mas estas medidas não serão tomadas. A direção do PT não quer. Estas medidas seriam:

1 — Expulsar, sem mais delongas e hesitações, os governadores que não somente rompem com as posições políticas do PT, mas aderem as posições do governo. É o caso de Buaiz e Buarque.

2 — Renunciar publicamente ao uso de financiamento eleitoral da burguesia e denunciar os partidos financiados pelos bancos e empreiteiras. Evitam-se as pressões e educa-se o movimento na auto-sustentação. (Aliás, essa foi uma medida que o **PSTU** apresentou ao PT no ano passado, como um dos pontos para conformar uma aliança da esquerda na campanha eleitoral, coisa que o PT nem respondeu)

3 — Expulsar os dirigentes que impulsionam filiações em massa, como o petista José Augusto, que usou o cargo de prefeito e as obras públicas para filiar dezenas de milhares em Diadema, ajudando assim a manipular o aparelho PT do Estado de São Paulo.

4 — Estabelecer que os salários dos deputados, vereadores, prefeitos, governadores e dirigentes políticos nunca será superior a de um operário especializado da grande indústria. Evita-se o carreirismo.

5 — Estabelecer que os que ocupam cargos públicos pelo partido nunca acumulem mais do que três mandatos consecutivos. Mais uma medida preventiva contra o carreirismo.

CPI do Congresso é piada

Dias depois da entrevista/denúncia do militante petista Paulo de Tarso, deputados do PT, no incontrolável afã de conquistar manchetes na mídia, se precipitaram com a desastrada proposta de aceitar uma CPI do PT no Congresso Nacional, nova espécie de "resposta corajosa" ao boicote à CPI da reeleição, trata-se de um erro desastrado.

É simplesmente inaceitável que este Congresso corrupto e que votou a reeleição de FHC seja a instância para a realização da investigação. Quem apresentou essa proposta, perdeu todas as referências de classe. Que ACM utilize esse episódio, não nos deve surpreender. Que deputados do PT o façam, é incrível.

Os trabalhadores esperam uma investigação rigorosa e punição de eventuais culpados. Mas uma investigação até o fim deve ser feita uma Comissão de Ética do movimento operário e popular, composta de figuras que todos considerem isentas e com uma trajetória moral inatacável. (V.A.)

Sindicalismo combativo vence em São José

Mariah Rabelo e Luiza Casteli,
da redação

A eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos teve uma participação nunca antes conseguida pela categoria: dos cerca de 15 mil trabalhadores da ativa sindicalizados, mais de 12 mil votaram.

A **Chapa 2**, que reuniu metalúrgicos do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)** e *Corrente Sindical Classista (CSC)* foi a vencedora, obtendo 52% dos votos, contra 45% para a *Chapa 1*, da *Articulação Sindical*.

Esta eleição (que deveria ocorrer apenas em 1998) foi antecipada, como única forma encontrada pela categoria de resolver a grave crise instaurada em 6 de março passado quando, inconformada por ter perdido a maioria no colegiado que dirigia a entidade, a *Articulação Sindical* ocupou a sede do sindicato com seguranças armados.

Por pressão da base, foi decidido que os seguranças deveriam sair da sede (chegaram a ocupá-la por mais de um mês), que o sistema de colegiado deveria ser substituído pelo presidencialismo e, finalmente, que as eleições seriam antecipadas. A posse do novo presidente, Antonio Donizete Ferreira, o Toninho, militante do **MTS** e do **PSTU**, ocorreu na sexta-feira, dia 23 de maio, logo após o término da apuração.

A *Chapa 2* venceu nas duas maiores fábricas da cidade, a Philips e a GM, sendo que desta segunda saiu o novo vice-presidente, Renato Bento Luiz, o Renatão, também do **MTS** e do **PSTU**.

Na Embraer, onde o candidato a presidente pela *Chapa 1* — Edmilson Toquinho de Oliveira — trabalha e já chegou a ter 90% dos votos em eleições anteriores, a **Chapa 2** obteve 42%. Segundo Rosângela de Souza Calzavara, que trabalha na Embraer, é militante petista e também pertence à Chapa vencedora, *"o Toquinho vem perdendo apoio aqui na Embraer devido ao seu autoritarismo, à proximidade com a direção da empresa, o acordo de redução de salário etc. Ele está muito próximo da direção e o pessoal está vendo tudo isso"*.

Luis Garça

Festa da Chapa 2 após a apuração dos votos

Durante a campanha, a **Chapa 2** adotou a cor vermelha em suas camisetas, bandeiras e adesivos e discutiu com os metalúrgicos a necessidade de ter um sindicato compromissado, em primeiro lugar, com a mobilização da base, para aí sim, partir para as negociações.

Nas assembléias e nas saídas de cada turno das fábricas, já podíamos ter uma prévia do resultado das urnas pela receptividade dos operários: São José "vermelhou".

Esquerda cutista apoiou a Chapa 2

Também estava em questão nesta eleição, e foi rechaçada com a vitória da Chapa 2, a intensa campanha ideológica da classe dominante no sentido de tentar incutir na cabeça dos trabalhadores que a luta é o "atraso", que somos todos "parceiros" em busca da "qualidade total", que a redução dos postos de trabalho é inevitável etc. Balela! Ao escolher a Chapa 2, os metalúrgicos de São José reafirmaram que nossa postura só pode ser a de defender os salários, reivindicar redução de jornada sem redução de salários como forma de criar novos postos de trabalho e sermos solidários a todas as lutas por condições de vida digna.

Por isso, a Chapa 2 recebeu uma imensa solidariedade de toda a esquerda combativa, começando pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, que desde o primeiro momento (quando o sindicato foi ocupado pelos jagunços da *Articulação Sindical*), esteve ao lado dos que vieram a formar a Chapa 2.

Mas não parou aí. Toda a esquerda da cidade, além de Gilmar Mauro (da direção nacional do MST), que compareceu ao ato de apoio ao MST promovido pela chapa e declarou a ela o seu apoio, vários sindicatos de São José dos Campos e de todo o Brasil (metalúrgicos de Limeira, bancários de Porto Alegre entre outros) apoiaram decididamente a Chapa 2.

Isso foi mais uma demonstração de que, muito mais do que necessário, é possível a construção de uma alternativa de direção para a classe trabalhadora. (M.R. e L.C.)

Luis Garça

Esquerda unida contra Articulação

◆ *Veja os números*

	Chapa 1	Chapa 2	Brancos	Nulos	Total
Nº de votos	5.663	6.519	153	305	12.640
Percentual	45%	52%	1%	2%	100%

Sindicato não vai abrir mão da greve

A recente campanha no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos opôs duas visões antagônicas do papel do sindicalismo atual. A *Chapa 1* manteve-se fiel à política de colaboração de classes da *Articulação Sindical*, que na prática está avançando na parceria com a patronal e no abandono da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Outra face desta política é o recente discurso de dirigentes da *Articulação Sindical*, que admitem abrir mão das greves e intensificar as negociações, como uma forma privilegiada de garantir direitos e o emprego. A **Chapa 2** combateu ferozmente estas posições.

Com a palavra, Adilson dos Santos, o Índio, dirigente sindical da Philips, militante do **MTS** e do **PSTU**: *"estes sindicalistas acham que não fazendo greve vão atrair mais empresas para a região. Estão errados. Temos o exemplo da Philips, aqui em São José, que já enfrentou greves duríssimas, inclusive com ocupação da fábrica e está transferindo, de Manaus para cá, uma fábrica de monitores. Então, dizer isso é tentar enganar o trabalhador. Seguindo esta linha, o sindicato iria acabar sendo um representante da empresa, iria codirigí-la, ao invés de defender os trabalhadores. Outro ponto favorável às greves é a ausência de estoques. Atualmente, com o sistema just in time, as empresas estão muito mais vulneráveis à paralisação da produção."* **(M.R. e L.C.)**

Januario F. da Silva

Congresso metalúrgico do ABC: onde começou o questionamento

42% votam contra Articulação no ABC

João Ricardo,
de São Bernardo do Campo

Terça feira, dia 27 de maio, foi realizada a segunda assembléia para a eleição dos delegados aos congressos da CUT no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Pela primeira vez na história da CUT, a delegação do ABC não é toda da *Articulação Sindical*. A alegria que contagiava parte dos presentes era justificada, o clima era de que presenciávamos algo novo.

Estavam inscritas 3 chapas para a disputa. A Chapa 2, encabeçada por Gazito, membro da comissão de fábrica da Volks, obteve 22,7% dos votos e a Chapa 3, encabeçada por Zima e Chicão (diretores do sindicato em Diadema) e Genivaldo, ex-coordenador da comissão de fábrica da Ford, obteve 20%. A Chapa 1, da *Articulação Sindical*, obteve 504 votos (57,3%). No total, as duas chapas contrárias a da diretoria do Sindicato somaram 406 votos (42,7%).

Metalúrgicos gritaram "2 e 3 unidas jamais serão vencidas"

O clima na assembléia era de disputa. Logo cedo, começaram a chegar os grupos de trabalhadores por fábrica e no salão do sindicato formaram-se rodinhas para discutir. Às 19:30 já eram mais de mil os presentes.

A primeira chapa a falar foi a 3, com Zima, que começou afirmando que *"Eu não sou bandido, sou um trabalhador que estou na diretoria colocado pela base e não pela cúpula e se for preciso, volto para a base"*.

Em seguida, tomaram a palavra os oradores da Chapa 2. O primeiro a falar foi Catanzaro, diretor da associação dos metalúrgicos aposentados, que fez uma crítica forte à suspensão da assembléia de sexta, qualificando como um desrespeito aos trabalhadores e uma palhaçada da diretoria. O outro orador da Chapa 2 foi Gazito. Ele afirmou que *"quem ousa divergir é qualificado como Força Sindical e bandido, mas bandidagem é o que foi feito na sexta feira, é quem foge da raia"* e mais: *"a reposta a tudo isso está sendo dada pela categoria, aumentando a participação, para acabar com o jogo de cartas marcadas"*. Por fim, ele afirmou que a Chapa 2 tem um programa que vai defender no congresso da CUT: *"somos contra o banco de horas e a flexibilização da jornada e a greve segue sendo a nossa arma"*.

O último orador foi Vicentinho, presidente da CUT, defendendo a Chapa 1. O centro da sua intervenção limitou-se ao chamado à unidade, lamentou a "divisão" da categoria e foi interrompido por vaias, quando atacou os integrantes da Chapa 3.

Terminadas as intervenções, começou a votação. O clima era de muita expectativa, até um bolão foi feito, com o percentual das chapas, a aposta era de um real. Ao final o resultado: as chapas 2 e 3 comemoram juntas: *"a 2 e a 3 unidas jamais serão vencidas"*. Os apoiadores da Chapa 1 saem cabisbaixos, uma ausência é notada em toda assembléia, onde estava Luis Marinho, presidente do Sindicato?

"É preciso unir esquerda da CUT"

O ***Opinião Socialista*** *entrevistou Antonio Donizete Ferreira (Toninho), novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.*

Luis Garça

Toninho

Opinião Socialista — Qual a importância da vitória da Chapa 2 nos metalúrgicos de São José dos Campos?

Toninho — Existem dois fatores que são importantes. Primeiro, os metalúrgicos da região terão de volta um sindicalismo combativo e de luta. Segundo, tem a questão nacional. Esta eleição em São José mostra que a esquerda está avançando, que não só é possível, como é preciso fazer uma aliança da esquerda no movimento sindical. Temos que construir a mesma unidade que tivemos na eleição dos metalúrgicos de São José também nos congressos estadual e nacional da CUT.

Opinião Socialista — A imprensa burguesa, logo após a eleição, publicou matérias em que o apresentava como "radical" e sem disposição para negociações. Nestes artigos, insinua-se que a vitória da Chapa 2 seria um elemento para afastar as empresas da região. Qual a sua opinião sobre isso?

Toninho — É o velho chavão de nos acusar de radicais. Radical é a fome, o desemprego, o governo que quer massacrar os trabalhadores. Nós somos intransigentes na defesa dos direitos dos trabalhadores. Não é verdade que a luta afugenta o emprego, somos contrários e condenamos a posição adotada por Luiz Marinho no ABC. O que existe é uma disputa fiscal, a GM vai montar uma fábrica no Rio Grande do Sul e a Renault vai para o Paraná porque ganharam infra-estrutura e isenção de impostos. O caminho para combater o desemprego é o sindicalismo de luta, em defesa dos trabalhadores. O resultado da eleição aqui mostra que os metalúrgicos de São José entenderam isso.

Cleber Medeiros

Sindicato fez manobra

A primeira assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos para eleger a delegação do ABC, convocada pela diretoria para o dia 23 de maio, acabou não elegendo os delegados, por causa de uma manobra da *Articulação Sindical*. Vendo-se em minoria na assembléia, a diretoria tentou impedir o *quorum*, fazendo com que os diretores do sindicato e ativistas presentes não assinassem a lista de presença.

Os ativistas percebendo a manobra "convidavam" os diretores do sindicato a colocar o nome, uma situação, por sinal, bastante constrangedora para alguns diretores. Quando o *quorum* foi alcançado, simplesmente a diretoria se retirou da assembléia e a observadora da CUT estadual levou a lista de presentes.

Em seguida, o jornal do sindicato, *Tribuna Metalúrgica*, convocou nova assembléia para o dia 27. No final, apesar das manobras e das ameaças da diretoria, venceu a democracia operária imposta pela base. (J.R.)

BRASÍLIA Reajuste favorece empresários dos transportes

Cristóvam aumenta tarifas de ônibus

Tibica,
de Brasília (DF)

Arquivo

Cristóvam Buarque

A população do Distrito Federal sofre mais uma decepção com o governo do PT. No mês de maio, data-base dos rodoviários, o governo "democrático e popular" decretou o reajuste das tarifas de ônibus em 17% em média, sendo que em algumas linhas o aumento atingiu 30%. Por outro lado, a reposição salarial dos rodoviários foi de apenas 11%, com impacto de 6% nos custos de operação.

A família Canhedo, que desde a ditadura militar vem colhendo fabulosa fortuna como concessionária do governo, está vibrando, pois a prática dos governos anteriores se perpetua com o governo de Cristóvam Buarque, que usou a mobilização dos rodoviários (com a conivência do sindicato, dirigido por petistas da *Articulação Sindical*). Os Canhedo ainda têm a cara de pau de dizer que o aumento é necessário para renovar a frota.

Mas a população sabe que as frotas que eles renovam são as dos aviões da Vasp (comprada com uma "ajudinha" de Collor e com as polpudas tarifas proporcionadas por Roriz e os governos anteriores), dos caminhões da Wadel e de seus carros de luxo. E os ônibus seguem caindo aos pedaços. A oposição barulhenta do PMDB, comandada por Luiz Estevão, ficou caladinha neste episódio. Afinal, estes lucros vão servir para financiar mais uma campanha eleitoral. Outro omisso, o Senador Arruda não tem porque "prejudicar" os Canhedo.

A verdadeira resposta ao aumento das tarifas veio dos trabalhadores e estudantes. A partir da iniciativa do Movimento Popular de Planaltina (MPP), com apoio do **PSTU** e estudantes da Ceilândia, foram recolhidas oito mil assinaturas pela revogação deste decreto absurdo. Também foram realizadas manifestações na porta do Palácio do Buriti, sede do governo local. O resultado inicial foi um recuo de Cristovam, que adiou parte do aumento para outubro. As assinaturas estão na mão do Ministério Público, que agora tem o dever de caçar o decreto-presente de Cristóvam para os Canhedo.

EDUCAÇÃO

Reitor dá golpe em eleição no Pará

Abel e Socorro Aquiar,
de Belem

Nos dias 22 e 23 de abril, ocorreu na Universidade Federal do Pará (UFPA) a eleição para reitor da instituição, através de uma consulta democrática realizada pelas três entidades representativas da comunidade (Adufpa, Sintufpa e DCE), com voto universal. O Conselho Superior Universitário (Consun) concordou em homologar o resultado, mandando para o MEC a lista tríplice composta por nomes da chapa vencedora.

Concorreram três chapas: Renovação (professor Cristovam Diniz), Movimento Universidade que Queremos — Muque (professor Nazareno Noronha) e Movimento Mudança (professor Emmanuel Tourinho). A chapa Renovação representava os interesses do MEC e do atual reitor, Marcos Ximenes. As outras duas chapas apresentaram-se à comunidade como sendo de oposição.

O **PSTU** optou por apoiar o Movimento Mudança, que se posicionou claramente pela defesa do caráter público e gratuito das universidades brasileiras, construindo um programa que coloca a universidade ao lado dos trabalhadores e da juventude, bem como de toda e qualquer luta travada contra o plano neoliberal de FHC.

O resultado da consulta deu vitória ao Muque; ficando em segundo lugar o Movimento Mudança, o que significou uma expressiva vitória das chapas de oposição à reitoria. No entanto, após a eleição começou uma nova batalha, desta vez para manter a democracia do processo. Em uma tentativa de golpe, o reitor Marcos Ximenes quis fazer prevalecer a lei dos 70%, que garante a lista tríplice encabeçada pelo nome do candidato preferido do MEC.

A comunidade universitária prontamente mobilizou-se, ocupando a reitoria e impedindo que o Consun votasse esta lista. Em represália, o reitor chegou a convocar a polícia para se "proteger" da "coação" do movimento. Para consolidar seu golpe, Marcos Ximenes convocou os conselheiros a votarem em urnas eletrônicas colocadas fora do Campus ou através da Internet.

Este processo ainda não chegou ao fim, sendo fundamental a realização de uma campanha nacional de solidariedade à luta pela democracia na UFPA. O que está em jogo não é apenas a posse do reitor eleito, mas a defesa da autonomia universitária e do direito de escolha democrática de seus dirigentes.

MOVIMENTO

Fundada CUT regional em Ouro Preto

Em Ouro Preto, Minas Gerais, nos dias 17 e 18 de maio, cerca de 70 trabalhadores (54 delegados) participaram do Congresso de Fundação da CUT Regional Inconfidentes, que une trabalhadores de dez cidades.

Os delegados rejeitaram, por unanimidade, a tese de sindicato orgânico proposta pela Articulação Sindical e aprovaram as principais teses do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS).

Cleber Medeiros

Unificação das lutas

O congresso aprovou também a construção de uma greve geral no país. Na composição proporcional da direção, o MTS ficou com 9 cargos, seguido pela Alternativa Sindical Socialista, com 7, Corrente Sindical Classista, com 3 e, com um único cargo, a Articulação Sindical.

Fruto de um trabalho de cinco anos pela unificação das lutas dos trabalhadores na região, a CUT Regional Inconfidentes nasce num momento em que mineiros da Companhia Vale do Rio Doce, recém leiloada e servidores públicos de Mariana, Ouro Preto e Abre Campo experimentam na pele a política neoliberal, com demissões em massa e ataques às condições de trabalho e à organização sindical.

Trabalhador assassinado

Um exemplo deste ataque ocorre em Abre Campo, onde o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ivan, foi brutalmente assassinado no final do mês de abril e até agora a polícia não concluiu pela autoria do crime, que teve evidências de caráter político.

Em relação ao funcionalismo, o prefeito de Mariana, Cássio Brigolini Neme (PSDB), demitiu toda a diretoria do sindicato e 770 servidores concursados. E em Ouro Preto, o prefeito José Leandro (PL) demitiu todos os contratados sem pagar nenhum direito.

ECONOMIA *Cofres públicos financiam a vinda de empresas estrangeiras*

Nova política industrial favorece multinacionais

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Divulgação

Montadoras estão entre as mais favorecidas pelos incentivos do Estado

A velha burguesia nacional está pessimista. E anda resmungando contra a atual política industrial. Para o Sr. Nicolau Jeha, por exemplo, diretor da FIESP, está havendo um "processo de liquidação da burguesia nacional brasileira". O Sr. Jeha foi coordenador do grupo de política industrial da FIESP, extinto em junho do ano passado. A eliminação daquele grupo tem um forte simbolismo: o fim da velha indústria instalada no Brasil a partir dos anos 30 e sua substituição pela nova indústria globalizada dos anos 90.

Na semana passada, o BNDES garantiu à Peugeot, montadora francesa de automóveis, crédito correspondente a 60% do capital de 1 bilhão de dólares a ser investido em nova fábrica no Brasil. Para que ela se instale em Resende, o governador do Rio oferece os outros 40%, na forma de incentivos fiscais, quer dizer, impostos que não precisarão ser pagos durante vinte anos. Além disso, oferece ainda outros créditos para o capital de giro da empresa.

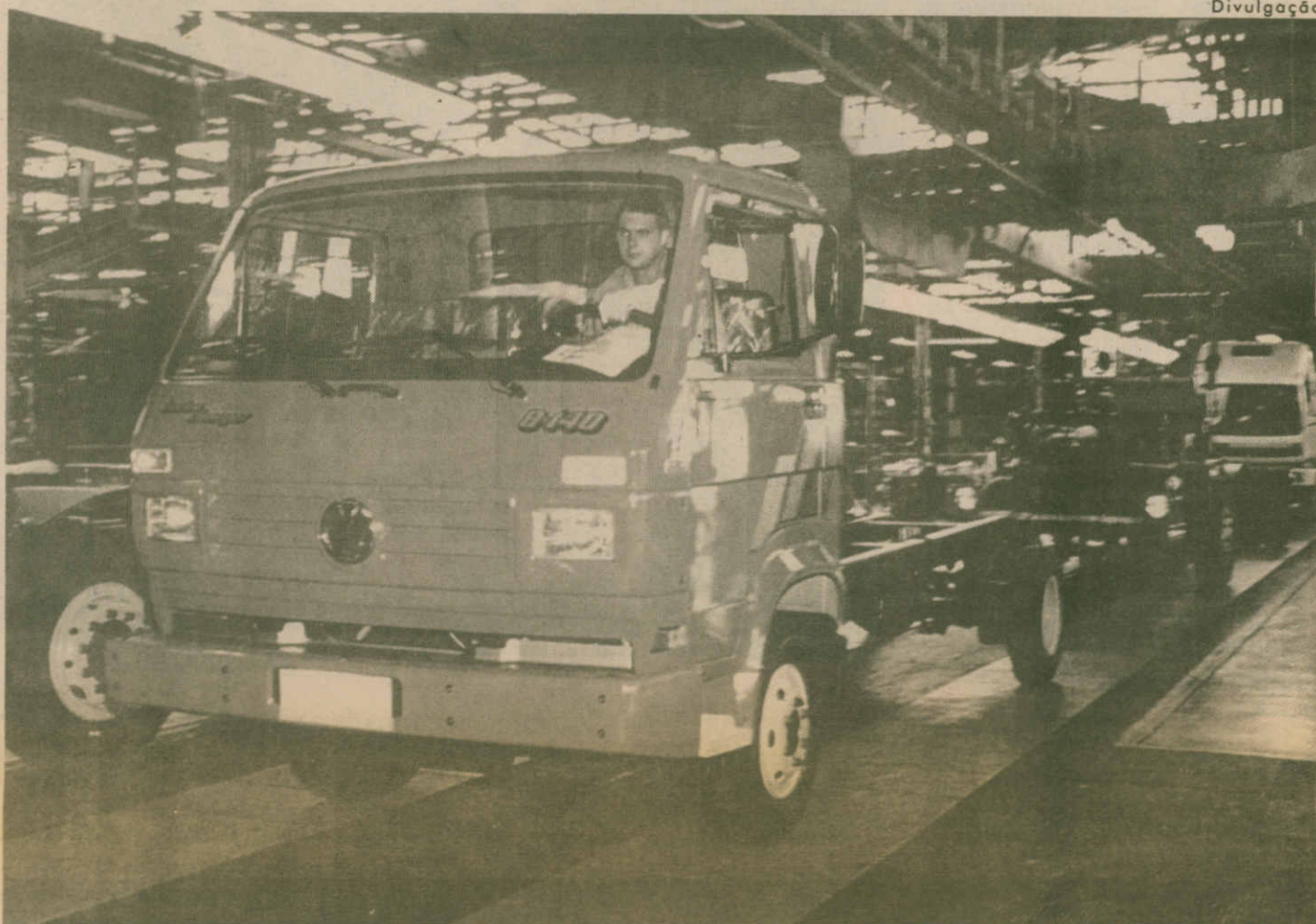
Estado atua com força e aumenta incentivos para o setor privado

Ou seja, a Peugeot receberá dos cofres públicos todo o capital necessário para sua instalação em Resende e, além disso, o necessário para seu funcionamento posterior. Essa é a realidade daquelas teses neoliberais que afirmam sempre que os investimentos externos são vantajosos porque trazem muita "poupança externa" para o país.

Antes da Peugeot, o BNDES já tinha aprovado financiamentos semelhantes para a Mercedes Benz, Volkswagen etc. Essas modalidades de incentivos às multinacionais são uma nova praga que se espalha de norte a sul do país. É a base da nova política industrial no Brasil, que se estende também para os vários ramos da indústria, do comércio e, principalmente, da nova infra-estrutura que surge no vazio das privatizações das grandes empresas estatais, das rodovias, ferrovias, portos etc.

Essa nova política industrial será cada vez mais intensa daqui para a frente. Isso está ligado à estratégia da indústria globalizada que está se instalando no Brasil. Além de favorecer o deslocamento das grandes empresas globalizadas, através daqueles créditos de instalação e operação, o governo financia aquelas atividades privatizadas (fornecimento de insumos, produtos primários, energia, petroquímica etc) e aquelas ligadas à circulação da produção (meios de comunicação, rodovias, ferrovias, portos etc).

Quando o governo insiste tanto no assunto "custo Brasil", ele está preocupado exatamente em facilitar a livre movimentação das mercadorias (importar, produzir e exportar) com a alta velocidade exigida pelo mercado mundializado. Assim, com recursos públicos, financia as relações mais diretas da produção nacional com a economia globalizada. É uma cópia do modelo asiático: atrair as empresas mundializadas com crédito público e facilitar ao máximo a livre circulação do capital no interior e nos limites de suas fronteiras.

Nesse modelo asiático, o Estado não desaparece da economia. Ao contrário, ele reforça sua intervenção, aumentando o volume daqueles recursos e incentivos ao setor privado. Só que, agora, deslocando-os da indústria e das atividades imobilizadas anteriormente no mercado interno, nacional, para as indústrias e a produção que se movimentam no acelerado ritmo de um mercado mundial cada vez mais unificado e menos nacional.

Indústria fechou 450 mil vagas

Um recente estudo com o título Ações Setoriais para o Aumento de Competitividade da Indústria Brasileira, preparado pelo Ministério da Indústria e do Comércio, mostra que a indústria nacional perdeu um mercado de US$ 17,7 bilhões nos últimos três anos (até 1996).

Mas tem uma coisa mais importante: o estudo conclui que boa parte dos investimentos estrangeiros diretos não contribui para aumentar a capacidade de produção da economia, nem para ampliar a demanda interna por produtos industriais. Tem mais: o número de empregos na indústria foi reduzido em 450 mil vagas entre 1990 e 1995, enquanto a força de trabalho disponível no país cresceu em 9,7 milhões. Segundo o estudo, isso leva um contingente maior de pessoas a procurar emprego e muitas a trabalhar sem carteira assinada.

Os setores da indústria nacional mais afetadas foram: papel e papelão, farmacêutico, borracha, mecânico, madeira, fumo, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido, couro e pele. Enquanto o déficit global da balança comercial do país alcançou US$ 5,5 bilhões, o déficit da indústria de transformação alcançou US$ 6,9 bilhões.

Não é muito arriscado, portanto, listar as perspectivas do modelo asiático aplicado para a indústria brasileira do ano 2000: baixíssima taxa de crescimento da produção; aumento do desemprego industrial; diminuição dos salários e precarização do mercado de trabalho; perda de competitividade e de mercado interno para as mercadorias importadas; elevação catastrófica do déficit comercial, com resultados negativos diretos sobre as contas externas e balanço de pagamentos da economia. (J.M.)

Kabila anunciou que vai manter concessões ao grande capital

Novo governo precisa romper com imperialismo

José Wallenstein e Clara Paulino, da redação

A derrubada, no mês de maio, do ditador do ex-Zaire, Mobutu Sese Seko pelas tropas da Aliança de Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL), lideradas por Laurent Kabila, foi uma conquista dos setores oprimidos daquele país. Mobutu chegou ao poder através de um golpe contra-revolucionário em 1965. Durante os 32 anos em que se manteve no poder, cumpriu um papel de esteio do imperialismo na região, impedindo e freando a luta pela libertação negra nos países da África.

O ex-Zaire, rico em cobalto, cobre, ouro, diamantes, urânio, com rios que oferecem abundante energia hidrelétrica e com grandes reservas de petróleo inexplorados, foi transformando em um país de mendigos pelo tirano. A pilhagem e a corrupção dominaram os anos de seu governo. Em 1994, o Banco Mundial demonstrou, através de relatório, que a economia do país tinha encolhido para o mesmo nível de 1958. A crise no regime zairense afetou as Forças Armadas. Apesar da ajuda de mercenários estrangeiros, a antiga estrutura das Forças Armadas não resistiu e caiu junto com o regime ditatorial.

AFP

Kabila anuncia novo governo do Congo

Há anos lutando contra Mobutu, a organização de Kabila uniu grupos de etnias distintas e sua ação contou com ampla participação popular. Os rebeldes se valeram do método da luta armada para derrubar a ditadura de Mobutu.

Kabila, que se autoproclamou presidente e mudou o nome do Zaire para República Democrática do Congo, iniciou suas atividades políticas na década de 60, em organizações que lutavam contra o colonialismo e o imperialismo. Agora, no entanto, declara que sua organização, a AFDL, apóia a iniciativa privada, a economia de mercado, além de manter concessões ao imperialismo, para que este possa continuar explorando as riquezas minerais da região.

Para concretizar a vitória da revolução naquele país, seria necessária a formação de um governo da guerrilha, das organizações populares de todas as regiões e etnias da agora República Democrática do Congo. À AFDL está colocado o desafio de romper de vez com o imperialismo e não incluir em seu governo nenhum membro do antigo governo.

Há mais de 100 anos, o imperialismo usurpa as riquezas minerais da região. É preciso expropriá-las e colocá-las sob o controle dos trabalhadores. Os bens dos burgueses zairenses também devem ser expropriados, uma vez que foram acumulados através da corrupção da era Mobutu.

É preciso o fim imediato das expulsões e massacres dos hutus que queiram se estabelecer no Congo. É necessário um chamado aos povos africanos, em particular aos da África do Sul, para que se construa uma frente para enfrentar o imperialismo e criar uma unidade africana dos trabalhadores rumo à União Livre e Socialista dos Povos da África.

Potências estimularam rivalidades étnicas

AFP

Populares comemoram queda de Mobutu

O imperialismo, através de suas instituições e da imprensa internacional, vem divulgando os conflitos na África, como sendo apenas de caráter étnico e tentando demonstrar como os africanos são "bárbaros". Na realidade, o que eles estão tentando esconder é que há uma batalha sanguinária contra sua intervenção naquele continente e contra os opressores nativos do povo negro.

Desde que ocupou a África, o imperialismo provoca divisões e enfrentamentos entre as distintas etnias. No caso da África Central, esta divisão se manifestou entre os que eram seu sustentáculo (Mobutu e os antigos governos de Ruanda e Burundi, encabeçados por membros da etnia hutu) e os que lutavam contra eles (composto por grupos guerrilheiros que lutavam contra Mobutu desde a década de 60 e integrantes da etnia tutsis).

É evidente que o fato do imperialismo e seus agentes nativos terem estimulado e se aproveitado, durante anos das rivalidades étnicas, jogando um setor da população contra o outro, colaborou para que as guerrilhas tivessem elementos de disputa étnica. Além de motivar vinganças, que se estenderam a setores inocentes da população.

É correto que os povos oprimidos façam justiça contra os responsáveis por diversos massacres, como os ocorridos em Ruanda e no próprio Zaire. No entanto, organizações com trajetória na defesa dos direitos humanos, como a dos *Médicos Sem Fronteiras*, por exemplo, vêm denunciando o massacre de integrantes da etnia hutu, no ex-Zaire.

Não devemos cair no conto de que se trata de uma simples guerra entre etnias distintas. Porém, devemos repudiar os massacres de civis hutus, pois eles não podem ser responsabilizados pelas atrocidades cometidas pelos seus ex-chefes. **(J.W. e C.P.)**

O amigo dos países ricos

As grandes potências capitalistas não conseguiram arquitetar uma saída "democrática" para a crise no ex-Zaire. Tentaram e não conseguiram negociar a renúncia do ditador Mobutu, para que o líder da "oposição", Etienne Tshisekedi, pudesse assumir o comando do país.

Tshisekedi é homem de confiança dos países ricos e seria o agente de uma política afinada com os interesses deles. Sua eventual entrada para compor o novo governo, colaborará no desvio do processo revolucionário aberto naquele país. Exatamente por isso, as forças rebeldes que assumiram o poder não devem aceitar em seu meio nenhum homem de confiança direta do grande capital imperialista. (J.W. e C.P.)

Resultado eleitoral mostrou repúdio à política de cortes sociais

Franceses rechaçam planos neoliberais

Mariúcha Fontana,
da redação

A vitória da esquerda (frente da social-democracia com comunistas e verdes) nas eleições legislativas francesas, reflete antes que mais nada um voto de repúdio à política neoliberal levada a cabo pelo presidente Jacques Chirac e seu ex-primeiro ministro Alain Juppé, conforme os ditames de Maastrich.

Há em toda Europa um processo de experiência, de descontentamento e até de rechaço aos planos neoliberais que vêm sendo aplicados desde Tatcher. Isso é o que explica o fenômeno mais geral de derrota dos conservadores por todos os lados, que tem levado a imprensa burguesa a falar de giro à esquerda na Europa. Dos 15 países que compõem a União Européia, 13 hoje estão de volta às mãos da social-democracia, fazendo recuar a maré conservadora anterior. Há também, fruto do desgaste destes planos, um crescimento das lutas, ainda que com desigualdades de país para país.

A França é parte desse processo europeu e ao mesmo tempo é a vanguarda dele. É onde há o processo mais avançado de lutas, que vem desde 1995, com a poderosa greve do funcionalismo e dos estudantes, que barrou a Reforma da Previdência pretendida por Juppé e Chirac.

Há um enorme descontentamento com o desemprego que atinge mais de 12% da população, com os cortes nos gastos sociais e também com o processo de privatizações, que está questionado.

Repúdio a Chirac começou com greves en 1995

O Tratado de Maastrich, que prevê a criação da moeda única européia, a partir de 1999, exige para tal que os países não tenham um déficit público superior a 3% do PIB até o segundo semestre de 1998, critério que nem a poderosa Alemanha está conseguindo cumprir. Para atingir essa meta os governos precisam cortar gastos e dar um golpe de misericórdia nas conquistas dos trabalhadores, bem como privatizar sem dó nem piedade.

Na França, as medidas para atingir as metas de Maastrich, como a tentativa de Reforma da Previdência, detonou um processo de mobilização, como a greve de 1995, que não se via desde maio de 1968.

Chirac, com muitos problemas para implementar seu plano, ousou uma manobra arriscada: antecipou em um ano as eleições legislativas, avaliando que ainda dava para ganhá-las e assim fortalecer-se para impor as medidas necessárias. O tiro saiu pela culatra. A derrota para os socialistas já no primeiro turno, forçou-o a demitir o primeiro ministro Juppé (a cara mais neoliberal do governo) e a tentar uma cara um pouco mais social para o segundo turno.

A manobra, no entanto, não só não colou, como levou crise entre seus apoiadores e acabou facilitando uma vitória ainda mais folgada da esquerda, que leva a maioria absoluta do parlamento e impõe Lionel Jospin, da social-democracia, como primeiro-ministro.

O voto de protesto dos franceses, que tem por detrás um enorme descontentamento com os planos de cortes sociais exigidos por Maastrich e um movimento de massas não derrotado, é mais um sinal de que se iniciou a crise do neoliberalismo.

Social-democracia não é alternativa

Refletindo a consciência mais avançada e o maior processo de mobilização que há na França, Jospin teve que fazer um discurso mais à esquerda que de seu colega social-democrata Tony Blair, da Inglaterra. Os socialistas ganharam prometendo criar 700 mil novos empregos, reduzir a jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem reduzir os salários, tornar mais flexíveis os critérios de Maastrich, aumentar os salários e impor reticências ao processo de privatizações.

A social-democracia promete o impossível, humanizar o neoliberalismo. Como vai gerar 700 mil empregos e manter as conquistas sociais, sem romper com Maastrich e com os grandes monopólios privados? Basta lembrar, que na origem e fundação do Tratado de Maastrich esteve Mitterrand, o presidente social-democrata que aplicou na França toda a primeira etapa do projeto neoliberal. E não foi por outro motivo que o Partido Socialista foi completamente rechaçada anos atrás.

Jospin já começa a recuar das suas promessas: *"Com relação às 35 horas semanais, se trata de uma medida que não pode ser aplicada de imediato e por decreto. Os agentes sociais têm que negociar. O poder aquisitivo dos salários tem que ser restabelecido, mas se fará progressivamente(...) Respeitaremos o Tratado de Maastrich e os compromissos adquiridos"* (El País, 2/6/97).

O certo é que Jospin não poderá acabar com o mal estar social da França e ao mesmo tempo terá pouca margem de manobra, pois os trabalhadores não estão derrotados, querem emprego e manutenção das conquistas sociais. A vitória de Jospin alentará mais as mobilizações, que cobrarão as promessas que ele não vai cumprir (M.F.).

Maastrich está na berlinda

A derrota da direita na França, reforça a crise que começa a se abater no Tratado de Maastrich e no prazo previsto para a adoção da moeda única, o euro, até 1999.

Os sociais democratas não são contra Maastrich, mas o movimento de massas já está em franca oposição às medidas draconianas exigidas pelo tratado, a um ponto que o euro passou a ser o vilão da moda na Europa. Por isso a social democracia fala em flexibilizar o tratado, em dar mais prazo para o ajuste das economias.

O rechaço ao desemprego, à precarização das relações trabalhistas e a exclusão social alentam as mobilizações e colocam na ordem do dia a necessidade de defender Abaixo Maastrich.

Marcha contra o desemprego

Nos próximos dias 15 e 16 de junho, haverá reunião da cúpula da União Européia em Amsterdã na Holanda e será uma reunião de crise e inconclusiva, depois do resultado eleitoral francês.

No dia 14, um dia antes da reunião da cúpula, chegará à Holanda a Marcha Européia contra o desemprego, a precariedade e as exclusões. Sairam caravanas de trabalhadores e desempregados, de cada um dos 15 países da UE, que se encontrarão em Amsterdã nas portas do Banco da Holanda, onde se reunirá a cúpula.

O cerco ao Banco da Holanda será a segunda grande manifestação européia contra o neoliberalismo, antes dela houve o protesto contra o fechamento da fábrica da Renaut na Bélgica.

Extrema esquerda nas eleições

As organizações da extrema-esquerda obtiveram 550 mil votos nas eleições legislativas francesas, que são distritais.

Lutte Ovriere, que é uma das organizações trotsquistas da França, apresentou candidatos em cinco distritos, obtendo entre 1,5 e 5% dos votos.

A responsabilidade da verdadeira esquerda nunca foi tão grande. O desafio de construir um forte partido revolucionário na França no calor das batalhas que virão é enorme. Pois a social-democracia e o PC, não são uma alternativa para levar os trabalhadores à vitória contra o capitalismo.

Três anos de impunidade

Em 12 de junho de 1994, o casal José Luis Sundermann e Rosa Hernandez Sundermann foram brutalmente assassinados em sua própria casa, na cidade de São Carlos, interior de São Paulo, com dois tiros na cabeça.

Zé Luis e Rosa, como eram conhecidos, eram militantes do **PSTU** tiveram suas vidas dedicadas a luta dos trabalhadores, não só na universidade Federal de São Carlos, mas também em toda região, como nas greves de bóias-frias da região.

Passados já três anos, os assassinos de Rosa e Zé Luis continuam impunes. O que desgraçadamente não é nenhuma novidade no Brasil onde os assassinos de líderes e trabalhadores rurais, os que massacram sem-terras gozam do "direito à impunidade" por terem prestados "seus serviços sujos" aos poderosos da classe dominante.

Apesar dos três volumes de inquérito, 35 pessoas ouvidas, as fortes suspeitas contra um fazendeiro/pistoleiro do Pará que estaria em São Carlos quando da época do crime, as ameaças feitas por PMs a Zé Luis durante a participação deste em greve de bóias-frias, nada foi apurado, as investigações estão paralisadas. É o que a própria imprensa da região chama de "crime sem solução", uma maneira diferente de dizer impunidade.

Uma evidência de como a polícia não dá a devida atenção ao caso é o fato de que o inquérito estar hoje nas mãos da Delegacia de Investigações Gerais, repartição responsável por investigações de roubos e pequenos delitos.

É um escândalo que nos causa uma profunda indignação pois não esquecemos dos nossos companheiros mortos, nem dá dor que isso causou a nós, a seus amigos e familiares.

Maria do Carmo

Manifestação em São Carlos em 1995

Mas esse crime apesar da sua brutalidade, não calou nossa voz por justiça e nem a nossa vocação de continuar o caminho que Rosa e Zé Luis trilharam: o da luta pelos interesses dos trabalhadores e pelo socialismo.

Por isso, para lembrar de Rosa e Zé Luis e para repudiar a impunidade será realizado um ato público em São Carlos, no dia 12 de junho, no saguão da reitoria da Universidade Federal às 10 horas da manhã. O ato contará com a presença de várias entidades do movimento sindical, estudantil e democráticas e partidos de esquerda.

Uma história de luta

Zé Luis tinha 36 anos e iniciou sua militância em 1978. Teve papel destacado na construção da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e no movimento dos servidores federais. Era vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de São Carlos e diretor da CUT regional. Era também militante do PSTU e em São Carlos era uma destacada figura do movimento social.

Rosa tinha 37 anos e era membro da Direção Nacional do PSTU. Começou sua militância também em torno de 1978. Teve destacada participação nas greves de bóias-frias da região de Tabatinga e São Carlos. Mesmo não sendo funcionária da Universidade, Rosa sempre esteve presente nas lutas do funcionalismo.

Rosa e Zé Luis deixaram dois filhos.

Nome completo

Endereço

Cidade — Estado

CEP — Telefone

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
☐ 1 parcela de R$ 25,00	☐ 1 parcela de R$ 50,00
☐ 2 parcelas de R$ 12,50	☐ 2 parcelas de R$ 25,00
☐ 3 parcelas de R$ 8,40	☐ 3 parcelas de R$ 16,70
☐ Solidária R$ ______	☐ Solidária R$ ______

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - CEP 04126-000

PSTU na televisão

No próximo dia 12 de junho irá ao ar o programa nacional de rádio e televisão do **PSTU**. Durante dois minutos o partido reafirmará sua oposição ao projeto neoliberal do governo, sua solidariedade às lutas dos trabalhadores, como a reforma agrária, fará um chamado para que o movimento social começa a organizar uma greve geral contra FHC e apresentará a defesa do socialismo. Não perca.

Assine o Opinião Socialista

O nosso partido continua na sua campanha de assinaturas do Opinião Socialista para que o nosso jornal volte a ser semanal o mais breve possível. Você caro leitor, não deixe de renovar sua assinatura e de continuar a receber um porta-voz das reivindicações dos trabalhadores e do socialismo.

PSTU
jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92